



PROCESSO	1000067580/2018
PROTOCOLO	1186024/2020
INTERESSADO	A. M. Q. C. L.
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RRT)
<b>DELIBERAÇÃO Nº 016/2021 – CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 9 de março de 2021, no uso das competências que lhe conferem inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que a profissional, Arq. e Urb. A. M. Q. C. L., inscrita no CAU sob o nº A45235-1 e no CPF sob o nº 974512660-87, foi autuada por não ter efetuado o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, pertinente à atividade de desempenho de cargo ou função técnica na Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ R\$ 274,50 (duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificada, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, Conselheira Débora Francele Rodrigues da Silva, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000067580/2018 e, conseqüentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a profissional, Arq. e Urb. A. M. Q. C. L., inscrita no CAU sob o nº A45235-1, incorreu em infração ao art. 35, inciso IV, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por ter exercido atividade sujeita à fiscalização, sem ter emitido o respectivo RRT;
2. Por informar a interessada desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
3. Por indicar à interessada que a regularização do fato motivador deve ser realizada por meio do Requerimento de RRT de Desempenho de Cargo ou Função Técnica, junto ao setor de RRT do CAU/RS, de forma extemporânea, a fim de afastar a hipótese de reincidência e abertura de novo processo de fiscalização;
4. Por informar que a multa resultante do auto de infração pode ser quitada antes do trânsito em julgado; e
5. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que, nos termos do art. 17, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo.



Porto Alegre – RS, 9 de março de 2021.

Acompanhado dos votos dos conselheiros, Carlos Eduardo Mesquita Pedone, Ingrid Louise de Souza Dahm e Débora Francele Rodrigues da Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Andréa Larruscahim Hamilton Ilha**  
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional